



Novos Cadernos NAEA

v. 26, n. 1 • jan-abr. 2023 • ISSN 1516-6481/2179-7536



# RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) E O MERCADO DE TRABALHO MUNICIPAL

## THE RELATIONSHIP BETWEEN PROUNI AND LOCAL LABOR MARKET

**Wesley de Almeida Mendes**  
Universidade Federal de Viçosa (UFV)



**Marco Aurélio Marques Ferreira**  
Universidade Federal de Viçosa (UFV)



**Wanderson de Almeida Mendes**  
Universidade Federal de Viçosa (UFV)



## RESUMO

O presente estudo visa analisar a relação do ProUni com o nível de emprego nos municípios brasileiros. Para tanto, considera-se que o ensino é um importante instrumento para a quebra da pobreza intergeracional, e que o ensino superior, em específico, possui maior influência no mercado de trabalho e na geração de renda das famílias. Foram utilizadas técnicas de dados em painel com efeitos fixos e testes de médias para identificar a relação entre as áreas dos cursos e das bolsas do programa com o nível de emprego. Os resultados encontrados indicam que nos municípios com beneficiários do programa houve crescimento do emprego de nível médio, enquanto para nível superior seus valores foram semelhantes aos municípios sem beneficiários. Apesar de o impacto do programa não ter sido foco de análise, a regressão permitiu identificar o comportamento do emprego diante da manifestação do ProUni nos municípios. Em outras palavras, a existência do ProUni influenciou e facilitou que indivíduos com renda familiar mais baixa ingressassem no ensino superior e se capacitassem para o mercado.

**Palavras-chave:** ProUni. Trabalho. Educação. Política Pública.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze the relationship between ProUni and the level of employment in Brazilian municipalities. For this purpose, it is considered that education is an important instrument for breaking intergenerational poverty, and higher education, in particular, has a greater influence on the job market and on the generation of family income. Panel data techniques were performed with fixed effects and tests of means to identify the relationship between program majors and grants and employment level. The results found indicate that municipalities with program beneficiaries saw growth in high-school level employment, while for higher education their values were similar to municipalities without beneficiaries. Although the program's impact was not a goal in this research, the existence of ProUni influenced and facilitated individuals from lower-income families to enter higher education and obtain educational qualification for the market.

**Keywords:** ProUni. Employment. Education. Public Policy.

## 1 INTRODUÇÃO

Dentre os principais elementos de desenvolvimento de uma nação encontra-se a capacidade de ascensão social, determinada, de acordo com a literatura, pelo estoque de capital humano. Este, por sua vez, tem na educação o elemento de capitalização, porque a educação tem por consequência a expansão das capacidades dos indivíduos, através de: preparo para o exercício da cidadania, qualificação para o trabalho, libertação e esclarecimento para melhor compreensão do contexto em que se vive, tornando-se uma importante dimensão de promoção do desenvolvimento (SEN, 2010), e uma área para atenção da gestão pública.

Destaca-se ainda a importância da educação como uma condição de herança, uma vez que a educação dos pais, em especial a mãe, tem influência no nível educacional dos filhos. Investir em políticas públicas para a educação, neste caso, torna-se um caminho para quebrar esse ciclo intergeracional da pobreza, em que se amplia as oportunidades para pessoas com menor renda ingressar no campo acadêmico.

Trabalhos como de Garcia e Hillesheim (2017), Zimmermann e Espínola (2015) e Silveira e Shneider (2017) apontam a educação como o elemento central de promoção de qualidade de vida e quebra do ciclo da pobreza, destacando a importância de políticas públicas que visam não somente o acesso à educação, mas a oferta de condições para uma educação de qualidade que leve à redução da pobreza. Apesar de sua importância para o desenvolvimento, a educação, em especial a educação superior no Brasil, foi tratada como uma formação restrita à elite por muitos anos, tendo sua popularização após a década de 1970 (BARREIRO; TERRIBILI FILHO, 2007).

Contudo, o acesso e a democratização da educação ainda não foram efetivados, tendo em vista as limitações de vagas das instituições de ensino superior públicas e os valores elevados dos cursos de instituições particulares, dificultando principalmente o acesso de pessoas de baixa renda.

Considera-se ainda a dificuldade de um indivíduo de menor renda em progredir profissionalmente e financeiramente devido à sua baixa(?) qualificação profissional. Públicos específicos, como os jovens, possuem maior dificuldade em ingressar no mercado de trabalho (REIS, 2015; BULGACOV *et al.*, 2010), muitas vezes devido à falta de qualificação profissional ou à inexperience no mercado (REIS, 2015). Assim, além do aspecto da expansão do conhecimento, o ensino superior proporciona, por meio de uma formação acadêmica e profissional, o direcionamento para o mercado de trabalho.

Sachsida, Loureiro e Mendonça (2004) verificaram que um indivíduo brasileiro com menor escolaridade tem menor propensão em investir em educação, visto sua baixa expectativa na obtenção de retornos na educação. Por outro lado, de acordo com os autores, indivíduos com maior escolaridade possuem maior interesse em investir em educação visto os retornos que adquiriram e as expectativas que possuem por receber mais. Ao confrontar tais resultados com os de Garcia e Hillesheim (2017), Zimmermann e Espínola (2015) e Silveira e Shneider (2017) – que apontam a importância da educação para a quebra da pobreza –, nota-se a necessidade da interferência do Estado para incentivar e ampliar o acesso à educação.

Políticas públicas de acesso ao ensino superior foram estudadas por diversos pesquisadores, entre eles Griner, Sampaio e Sampaio (2015) e Barreiro e Terribeli Filho (2007), que buscaram verificar tal acesso e discutir sobre a necessidade de ampliação do mesmo, a fim de democratizar o ensino superior no Brasil. Um exemplo desse tipo de política pública é o Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2005 para facilitar o acesso ao ensino superior de famílias com renda mais baixa, bem como garantir a independência financeira e profissional destas pessoas. O ProUni consiste em um programa de distribuição de bolsas de estudos parciais ou integrais para beneficiários cursarem o ensino superior em instituições privadas, beneficiários estes que devem ter concluído o ensino médio em escolas públicas ou privadas como bolsistas, e ter origem em família com renda *per capita* de até 3 salários mínimos.

Estudos como os Bezerra e Tassigny (2018) e Felicetti e Cabrera (2018) encontraram evidências de que o ProUni tem facilitado o acesso de população de menor renda no ensino superior. Saraiva e Nunes (2011), Amaral e Oliveira (2011) e Gomes, Tavares e Moraes (2012) buscaram examinar os impactos do ProUni na vida dos beneficiários do programa, considerando a facilidade do acesso e, como resultados, encontraram diversas críticas quanto à execução do programa que, apesar de sua proposta positiva, apresenta resultados questionáveis quanto à sua eficácia.

Neste sentido, torna-se importante verificar a relação entre o ProUni e o mercado de trabalho, mais especificamente se o programa tem sido relevante para os níveis de emprego e os municípios que obtiveram alunos beneficiários pelo programa, de forma a identificar qual a influência sobre o nível local que o programa exerceu. Assim, o presente estudo tem por objetivo avaliar a relação entre o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o número de empregos formais nos municípios brasileiros.

Dessa forma, o presente artigo possui, além desta Introdução, outros quatro capítulos: Referencial, Metodologia, Resultados e Discussões e Considerações Finais.

## 2 REFERENCIAL

### 2.1 A EDUCAÇÃO COMO FORMA DE ASCENSÃO ECONÔMICA E SOCIAL

“Desenvolvimento” consiste em um termo complexo, que associa diferentes abordagens e dimensões. No início, era tratado como uma novidade (CAIDEN; CARAVANTES, 1982); e mais tarde recebeu um caráter econômico e relacionado à capacidade de uma região de produzir riquezas.

Contudo, algumas discussões surgiram por se tratar uma região como desenvolvida apenas pelo aspecto financeiro, sendo necessário adotar medidas que verificassem condições sociais que apontariam uma melhor capacidade de vida da sociedade. Nesse sentido, o desenvolvimento passou a ser considerado como uma abordagem multidimensional, relacionando saúde, educação, renda, segurança e moradia, entre outras dimensões capazes de atender às diversas áreas sociais e econômicas de uma região (SEN, 2010).

A educação, de forma específica, corresponde a um campo importante dentro do processo de desenvolvimento de uma região, e é tratada como um caminho estratégico por alguns países, visto a ampliação do capital humano utilizado não somente para o processo produtivo, mas na construção de nações formadas por cidadãos mais conscientes de seus papéis na sociedade.

A educação ganha importância ao se relacionar com a pobreza dos indivíduos. Considera-se pobreza não somente a falta de renda, mas também a privação de oportunidades e de acesso a elementos como saúde, educação e liberdade política, como é descrita por Sen (2010). Nesse caso, entende-se um ciclo em que o aumento da educação influencia no capital humano, que por sua vez amplia a chance da inserção no mercado de trabalho e, por conseguinte, aumenta a renda do indivíduo (OSPINA, 2015).

Destaca-se também a importância que escolaridade dos pais exerce sobre os filhos. Tem-se, por exemplo, que pessoas de descendência menos escolarizada se tornam indivíduos menos escolarizados e detentores de menor renda. Além disso, pessoas com menor renda e menor escolaridade tem menor propensão em investir em educação, dificultando ainda mais a possibilidade de saída de condições menos favoráveis da sociedade

(SACHSIDA; LOUREIRO; MENDONÇA, 2004). Deve-se atentar, portanto, que o investimento em educação para quebra do ciclo de pobreza não deve ocorrer somente no acesso, mas na qualidade de ensino e no aumento de oportunidades para essas pessoas, como apontam Garcia e Hillesheim (2017), Zimmermann e Espínola (2015) e Silveira e Shneider (2017).

Diante do exposto, nota-se que a educação consiste em importante instrumento social para quebra do ciclo da pobreza e promoção do desenvolvimento. Dessa forma, a criação de políticas públicas que democratizam a educação torna-se cada vez mais necessária.

## 2.2 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O histórico do ensino superior no Brasil é marcado pela exclusão das classes mais baixas, sendo que apenas indivíduos ligados às elites governamentais, à família imperial e a grandes proprietários de riquezas frequentaram esse tipo de instituição até a década de 1970, quando se iniciou um processo de disseminação do acesso ao ensino superior (BARREIRO; TERRIBILI FILHO, 2007). O acesso, porém, continua restrito, uma vez que alunos que cursaram o ensino médio em instituições privadas de melhor qualidade ingressam em universidades públicas; enquanto aqueles que cursaram o ensino médio em instituições públicas, e que vivenciam maiores dificuldades financeiras e estruturais, são forçados a procurar o ensino superior em instituições privadas, que na maioria das vezes são determinadas pela lógica de mercado, pela maior “produtividade” e redução de custos (GRINER; SAMPAIO; SAMPAIO, 2015).

Apesar dessas discussões, apenas a partir da década de 1990 iniciaram as primeiras políticas públicas para facilitar e democratizar o acesso às universidades, através de políticas afirmativas (BARREIRO; TERRIBILI FILHO, 2007; SARAIVA; NUNES, 2011). Na década de 2000, o governo federal iniciou um processo de reforma universitária, com objetivo de ampliar o acesso a instituições públicas e privadas, bem como a melhoria da qualidade deste nível de estudo (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006). Em 2004, como principal política dentro desse processo de reforma universitária, o governo federal começou uma articulação para implantar uma política de expansão do ingresso em instituições privadas, denominada Programa Universidade para Todos. Implantado de fato em janeiro 2005, pela Lei Federal n. 11.096, o ProUni concede bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), para alunos com renda familiar de até 3 salários mínimos *per capita* e que realizaram o ensino

médio em escolas públicas ou em escolas particulares como bolsistas de cunho integral (BRASIL, 2017).

Muitas críticas surgiram sobre a implantação do programa. Catani, Hey e Gilioli (2006) alegam que ele foi implantado devido ao *lobby* dos representantes de instituições de ensino superior (IES) privadas sobre o governo para beneficiamento destas instituições. O programa também foi considerado falho e sem transparência por parte do Ministério da Educação quanto à escolha das IES, o que poderia, segundo os autores, gerar uma falsa ideia de democratização deste ensino. Saraiva e Nunes (2011) verificaram sua efetividade após o período de implantação e, embora o programa tenha gerado impacto na vida dos cidadãos beneficiários, ampliando o acesso ao ensino superior para a população menos favorecida financeiramente, identificaram que o ProUni criou um incentivo à proliferação de instituições privadas em detrimento da ampliação do acesso em IES públicas.

Felicetti, Cabrera e Morosini (2014), por sua vez, não criticam o programa e, assim como Saraiva e Nunes (2011), observaram que indivíduos beneficiários tiveram maior facilidade de acesso a emprego e de condições de melhoria de sua renda.

### 2.3 MERCADO DE TRABALHO

O ensino superior é visto como um caminho para a qualificação profissional que facilita o acesso do indivíduo ao mercado de trabalho, bem como o crescimento de sua renda. Porém, os efeitos da ampliação do acesso ao ensino superior não restringem apenas ao âmbito individual, mas também ao contexto econômico como um todo, uma vez que a expansão do conhecimento e das capacidades humanas gera avanços tecnológicos e, por sua vez, desenvolvimento econômico. Diante deste cenário, investimento em educação faz parte até mesmo de estratégias de governos de diversos países para melhorar sua competitividade internacionalmente.

Para Felicetti, Cabrera e Morosini (2014), embora seja direito do indivíduo ter um trabalho digno, a falta da qualificação e de formação profissional pode dificultar ou até impedir o acesso ao mercado de trabalho. Conforme Catani e Hey (2007), até a década de 1990 os ensinos fundamental e médio eram essenciais para entrar no mercado de trabalho, quando houve uma ruptura no sistema produtivo e a necessidade de se ter um diploma de

curso superior para ingresso no mercado de trabalho tornou-se cada vez maior. Os autores argumentam também que o avanço da exigência por uma qualificação profissional maior amplia a demanda para cursos de nível ainda mais elevado, como os de pós-graduação.

Para Vidigal e Vidigal (2012), a qualificação profissional traz benefícios para o empregado e para o empregador. Os autores explicam que, por um lado, ela amplia a possibilidade de o cidadão adquirir novos cargos, melhores salários e maior estabilidade, ao mesmo tempo em que essa mão de obra qualificada pode gerar maiores ganhos para as organizações, maior capital intelectual e mais competitividade. Em consonância, Sen (2010) argumenta que a falta de investimentos sociais (educação e saúde) pode atrasar fortemente a economia dos países. Neste caso, o autor pontua que mesmo que haja períodos com grande crescimento econômico, a falta de investimento em saúde e em capital intelectual pode prejudicar o processo de desenvolvimento socioeconômico.

O investimento em políticas públicas de promoção de qualificação profissional recebeu foco no contexto brasileiro, considerando uma lógica de ampliação da produtividade e do crescimento da economia (DEITOS; LARA; ZANARDINI, 2015). Políticas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o próprio ProUni obtiveram o objetivo de ampliar a capacidade técnica do indivíduo e de o tornar capaz de ingressar no mercado de trabalho, ampliar sua renda e vivenciar um crescimento social.

Para Socal (2015) e Deleitos, Lara e Zanardini (2015), a educação deveria ser vista para além da lógica do mercado por integralizar mão de obra, mas como um instrumento de transformação do ser humano no contexto social, podendo representar sua liberdade frente a um aparato produtivo. De forma complementar, como descreve Sen (2010), a educação, por meio da elevação da capacidade produtiva, amplia as oportunidades do ser humano, suas liberdades e suas possibilidades de tomar decisões, permitindo que ele reconheça seu lugar no mundo e se posicione no mercado de trabalho.

Neste sentido, nota-se que a qualificação profissional e o acesso ao ensino superior possuem grande relevância para além do aspecto pessoal e motivacional no caso específico, interferindo no quesito econômico de um país, influenciando sua competitividade e capacidade de expandir seu conhecimento.

### 3 METODOLOGIA

Para atender o objetivo proposto, foram consideradas as nomenclaturas dos grupos de cursos conforme a Classificação Internacional da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2009) apresentadas no Quadro 1. Destaca-se que do grupo Ciências Sociais, Negócios e Direito foi extraído o subgrupo Comércio e Administração; e do grupo Engenharia de Produção e Construção, surgiram os subgrupos Arquitetura e Construção e Engenharia e Profissões Correlatas.

Como variável dependente, adotou-se a taxa de emprego formal para nível superior e a taxa de emprego formal para pessoas com nível superior incompleto, considerando que durante o curso é possível que aluno consiga se ingressar no mercado de trabalho.

Entende-se ainda que as áreas dos cursos não são os únicos formadores do nível de emprego do país, sendo assim, utilizou-se como controle o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal como *proxy* de desenvolvimento humano, por meio do qual buscou-se captar as variações de cunho social dentro dos municípios. Tal variável ainda capta a variação da mão de obra formal, ou seja, a dinâmica de formação de emprego. Além desta *proxy*, utilizou-se o PIB *per capita* como uma *proxy* de variação econômica, a fim de captar o contexto econômico como um influenciador da variação de emprego nos municípios.

Os dados foram tratados pelo modelo estatístico de regressão linear de dados em painel. Essa metodologia consiste na análise de dados para diferentes indivíduos ao longo do tempo. Fávero (2015) coloca esta característica como uma vantagem, tendo em vista a possibilidade de compreender a variação de fenômenos nos indivíduos e no tempo. Pela sua característica, a análise de dados em painel possui ainda como vantagens o aumento do número de observações, a redução da endogeneidade e da multicolinearidade, o aumento dos graus de liberdade e a eficiência na análise pela redução dos vieses que poderiam ser resultados caso fossem utilizados modelos *cross-section* (GUJARATI; PORTER, 2011; CAMERON; TRIVEDI, 2009).

Quadro 1 – Matriz de variáveis independentes empregada e expectativa teórica

Variável	Descrição	Exp.	Fonte
Sup. Completo	Logaritmo natural da taxa de emprego formal com nível superior completo no município, calculado pela razão com número de empregos formais	Dep.	Rais/MTE
PIB	Logaritmo natural do produto interno bruto municipal, como <i>proxy</i> da capacidade econômica municipal	+	IBGE
Educação	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de educação, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Hum. E artes	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de humanidades e artes, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Ciências Sociais	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de ciências sociais, negócios e direito, retirando o subgrupo comércio e administração, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Comércio e Adm.	Taxa de bolsas ofertadas para cursos do subgrupo comércio e administração, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Ciências, Mat. e Comp.	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de ciências, matemática e computação, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Engenharia de Produção e Construção	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de engenharia, produção e construção, retirando o subgrupo engenharia e profissões correlatas, e o subgrupo arquitetura e construção, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Engenharia e Correlatas	Taxa de bolsas ofertadas para cursos do subgrupo engenharia e profissões correlatas, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Arq. e Construção	Taxa de bolsas ofertadas para cursos do subgrupo arquitetura e construção, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Agr. e Veterinária	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de agricultura e veterinária, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Saúde	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de saúde e bem-estar social, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
IFDM	Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal como <i>proxy</i> de desenvolvimento e condições sociais, que captará as alterações sociais que influenciam a taxa de emprego.	+	Firjan

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

O modelo de dados em painel pode ser descrito, em sua forma básica pela Expressão 1.

$$\lnsup_{it} = \alpha_i + \beta' X'_{it} + u_{it} \quad (1)$$

Em que:  $\lnsup_{it}$  é a taxa de emprego da população para nível superior para os  $i$  municípios para o ano  $t$ ;  $\alpha_i$  é a Constante do modelo para cada estado  $i$ ;  $\beta'$  é o coeficiente angular de cada variável a ser estimada;  $X'_{it}$  é a matriz de variáveis dependentes para cada estado  $i$  e para o ano  $t$ ; e  $u_{it}$  é o termo de erro do modelo.

Gujarati e Porter (2011) retratam 4 modelos de regressões lineares em dados em painel: MQO com dados empilhados (*pooled data*); Modelos de mínimos quadrados com variáveis *dummies* para efeitos fixos; Modelos de efeitos fixos dentro de um grupo; e Modelos de efeitos aleatórios.

A escolha do modelo mais adequado para a amostra a ser estudada deve ser verificada por testes estatísticos. Nesta pesquisa foram utilizados os testes “F de Chow”, “Hausman” “Breusch e Pagan” para verificar a escolha entre o modelo mais adequado. A autocorrelação foi verificada pelo teste de Wooldridge e a homocedasticidade, pelo de Wald. A existência de endogeneidade foi observada através do teste de Durbin-Wu-Hausman. Além da regressão em painel, realizou-se o teste T para médias para comparar o crescimento do emprego entre pessoas com nível superior completo, incompleto, mestrado e doutorado. Realizou-se ainda o teste T para médias para verificar a variação entre o ano de 2006 (segundo ano do programa e ano inicial para os dados disponíveis) e o ano de 2013 (último ano com dados disponíveis para a maior parte das variáveis) a fim de apurar se realmente houve crescimento de emprego de nível superior nos municípios.

Para os testes de média, considerou-se as seguintes hipóteses: H1 – Houve aumento de empregos formais de nível superior nos municípios contemplados pelo programa; H2 – Nos municípios contemplados, houve crescimento maior de emprego para pessoas com ensino superior completo e incompleto, comparado com outros municípios; H3 – Houve aumento maior de empregos formais nos municípios contemplados pelo programa que naqueles que não foram contemplados.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O painel de dados descritivos foi composto por um painel desbalanceado, com 37522 observações para 5072 municípios, em 8 anos,

considerando os dados disponíveis para todas as variáveis. A estatística descritiva das variáveis encontra-se na Tabela 1. Todas as variáveis foram tomadas em forma relativa e apenas o IFDM consiste em um índice, que tem variação de 0 a 1. As demais variáveis também possuem esta escala, exceto o emprego *per capita*, que considera a quantidade de empregos formais registrados no município de trabalho, e o PIB *per capita*.

Aponta-se que a taxa de emprego *per capita* possui variação acima de 1 emprego por pessoa por município uma vez que os dados disponíveis correspondem ao registro do empregador, ou seja, o local de trabalho do indivíduo e não o seu local de moradia. Neste caso, há pequenos municípios com empresas de grande porte e que emprega além do contingente populacional. Além disso, considera-se que, respeitando os limites legais, cada indivíduo pode obter mais de um registro formal. O PIB *per capita*, por sua vez, juntamente com o IFDM, demonstram, pelas suas amplitudes, a desigualdade entre os municípios brasileiros, em que há locais com menos de 1 real *per capita* do PIB e com índices de desenvolvimento humano considerados como muito baixo.

Tabela 1 – Estatística descritiva

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Médio completo	0.371894	0.134038	0.01	1
Superior completo	0.123976	0.079781	0	0.99
Emprego pc	0.134222	0.109725	0.00042	2.84
Administração	0.251343	0.275683	0	1
Agro	0.019405	0.084898	0	1
C. Sociais, Neg. e Direito	0.04855	0.129479	0	1
C. Mat e Computação	0.069639	0.14866	0	1
Arquitetura e Construção Civil	0.022415	0.084131	0	1
Educação	0.075844	0.164182	0	1
Engenharia correlatas	0.028428	0.089397	0	1
Engenharia de Produção e Construção	0.011376	0.056711	0	1
Humanidades e Artes	0.14672	0.214188	0	1
Saúde	0.142441	0.220181	0	1
Serviços	0.00955	0.057926	0	1
IFDM	0.611934	0.121055	0.16	0.92
Pib <i>per capita</i>	1.261.816	1.566.648	0.04	777.1
Cotas	0.417744	0.374878	0	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Em seguida, foram realizadas seis regressões para identificar a variação do emprego com ensino superior completo, sendo um no Brasil e outras cinco referentes à cada região brasileira. Os testes apontaram o modelo com efeitos fixos como o mais adequado. Foram detectadas autocorrelação e heterocedasticidade nos resíduos, tratadas por erros padrões robustos para todas as seis regressões. A partir da Tabela 2, nota-se que para as áreas dos cursos de educação e de serviços não houve influência estatisticamente significativa da variação do emprego por nível superior para o Brasil de forma geral. Entre as áreas com significância, a Engenharia de Produção e Construção foi a de maior influência para o crescimento do nível de emprego formal superior.

Ao considerar que: o programa tem como foco pessoas de famílias com baixa remuneração e estudantes de escolas públicas ou de escolas particulares com bolsa integral, bem como que o ensino superior eleva a probabilidade de crescimento da renda (SACHSIDA; LOUREIRO; MENDONÇA, 2004), o programa possui chance de diminuir o nível de pobreza de famílias desfavorecidas, aumentando a renda e as oportunidades dessa população (GARCIA; HILLESHEIM, 2017; ZIMMERMANN; ESPÍNOLA, 2015; SILVEIRA; SCHNEIDER, 2017), ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade do mercado de trabalho.

Quando se observa a região Norte, apenas a área de Serviços apresentou significância estatística. Na região Nordeste, apenas as áreas Administração e Ciências Sociais, Negócio e Direito foram as que apresentaram significância. O valor do PIB também não obteve significância estatística para explicar a variação do emprego formal de ensino superior no Nordeste, sendo esta a única região em que este item não foi relevante estatisticamente.

Na região sudeste, destacam os cursos da área de serviços como os de maior influência para o crescimento do nível de emprego. Esta área está relacionada aos cursos de turismo, estética e de segurança. Na região Centro-Oeste, das áreas que apresentaram significância estatística, a Arquitetura e Construção Civil foi a que obteve resultados de maior influência para o emprego.

Tabela 2 – Estimativas das regressões

Adminis- tração	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste
	0.009 (0.008)***	0.006 (0.005)	0.010 (0.005)**	0.009 (0.002)***	0.006 (0.002)***	0.007 (0.002)***
Agricultura e Veterinária	0.008 (0.003)***	0.049 (0.029)	0.019 (0.015)	0.006 (0.003)	0.003 (0.004)	0.006 (0.004)
C. Sociais, Negócios e Direito	0.013 (0.003)***	0.004 (0.009)	0.015 (0.006)**	0.002 (0.004)	0.007 (0.003)**	0.011 (0.004)***
Ciências, Mat. e Com- putação	0.004 (0.002)**	0.005 (0.008)	0.001 (0.005)	-2.26 x 10 <sup>-4</sup> (0.003)	0.005 (0.003)**	0.010 (0.005)
Arq. e Const. Civil	0.012 (0.003)***	0.011 (0.012)	0.007 (0.010)	0.015 (0.004)***	0.014 (0.004)***	0.015 (0.007)**
Educação	0.003 (0.002)	0.000 (0.008)	-0.000 (0.006)	0.002 (0.003)	0.008 (0.002)***	0.009 (0.004)**
Engenharia e Correlatas	0.008 (0.003)***	0.004 (0.010)	0.006 (0.013)	0.007 (0.003)**	0.010 (0.004)***	0.005 (0.008)
Eng. Produção e Construção	0.014 (0.005)***	0.012 (0.017)	0.025 (0.021)	0.011 (0.005)**	0.014 (0.006)**	0.012 (0.009)
Humani- dades e Artes	0.004 (0.002)***	0.007 (0.007)	0.004 (0.005)	0.004 (0.002)	0.005 (0.002)***	0.001 (0.003)
Saúde	0.008 (0.002)***	0.0130 (0.008)	0.070 (0.005)	0.003 (0.002)	0.005 (0.002)**	0.004 (0.003)
Serviços	0.009 (0.006)	0.028 (0.011)**	-0.001 (0.013)	0.026 (0.011)**	0.009 (0.005)	0.005 (0.008)
IFDM	0.271 (0.010)***	0.303 (0.039)***	0.410 (0.020)***	0.175 (0.012)***	0.102 (0.013)***	0.111 (0.018)***
PIB <i>per</i> <i>capita</i>	0.0002 (0.000)***	-0.007 (0.004)**	0.0003 (0.0002)	0.175 (0.011)***	0.0009 (0.0001)***	0.0004 (0.0002)**
Cotas	0.001 (0.001)	-0.007 (0.004)	0.002 (0.004)	0.0002 (0.000)***	0.0004 (0.002)	0.002 (0.002)
Constante	-0.051 (0.006)***	-0.054 (0.019)***	-0.070 (0.010)***	-0.014 (0.007)	0.031 (0.008)***	0.017 (0.010)

Notas: \*\*\* Significante à nível de 1%; \*\* Significante à nível de 5%; Entre parênteses estão os termos de erro.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Para a região Sul, os cursos das áreas de Serviços e de Agricultura e Veterinária não obtiveram significância estatística para explicar a variação do emprego de nível superior. Das áreas que apresentaram significância, Arquitetura e Construção Civil foi a que obteve maior influência para a variação do emprego. Esta foi a única região que obteve significância para os cursos da área de Ciências, Matemática e Computação.

Nota-se que a administração foi a área que obteve significância no Brasil como um todo e em todas as regiões brasileiras, exceto na Norte, revelando a importância da área gerencial para vários campos econômicos e sociais. Entende-se que isso ocorra por conta da capacidade do profissional desse campo de trabalhar com recursos, sejam eles humanos, materiais e/ou financeiros, para a geração de resultados.

Cursos relacionados à, sendo destacada pelas áreas Arquitetura, construção civil e da Engenharia da produção e construção, podendo ter tido relevância considerando o estímulo do Programa de Aceleração de Crescimento que iniciou no ano de 2007 e teve como principais eixos a infraestrutura, habitação, saneamento e avanços energéticos, cujas regiões que obtiveram maiores recursos encontram-se nas regiões Sul e Sudeste. Por sua vez, as grandes obras realizadas nas regiões Norte e Nordeste, como as construções de hidroelétricas, juntamente com as já mencionadas para as demais regiões, podem ter sido relevantes para o crescimento destas áreas da educação para o Brasil como um todo.

Este fato reforça a ideia de Myrdal (1963) de que o estímulo do desenvolvimento em determinadas regiões pode elevar o nível de desigualdade entre elas. Além disso, reforça-se o fato que estes investimentos ocorreram em todas as regiões, embora com mais força em umas que em outras. Destaca-se, neste caso, como descrito por Sen (2010), a necessidade de tratar as regiões sobre medidas diferentes, visto as diferenças existentes entre elas e as necessidades que cada uma possui.

Dentre estes resultados, cursos da área de Humanas foram significantes apenas para explicar a variação de emprego em uma região e para o Brasil como todo. Além disso, quando verificada a proporção de alunos em ações afirmativas por raça, os resultados apresentaram significância apenas na região Sudeste para explicar a variação de emprego formal de nível superior. Por outro lado, o desenvolvimento humano, que inclui as condições sociais em sua composição, possui impacto positivo para todas as regressões.

Após a realização das regressões, foram realizados os testes de médias para amostras independentes, que podem ser observados na Tabela 3, a fim

de verificar as três hipóteses levantadas neste estudo. Após realizadas os testes de médias, a hipótese H1 foi validada, em que se detectou crescimento do nível de emprego formal com nível superior completo nos municípios contemplados pelo programa.

Já para verificar associação com o programa, testou-se a hipótese H2, que visava identificar maior variação em municípios contemplados. Feitos testes, tal hipótese foi refutada, uma vez que os valores médios de emprego em relação ao curso superior completo e incompleto foram menores em municípios contemplados pelo programa, tanto no período completo quanto parcialmente. Nesse sentido, nota-se que o avanço do emprego nas áreas onde houve beneficiários do ProUni se deu de fato para os trabalhadores de nível médio, apesar de o ProUni ter como objetivo expandir o ensino superior.

Tabela 3 – Testes de médias de amostras independentes

PERÍODO PARCIAL					PERÍODO COMPLETO				
	NC		Contemplados		NC			Contemplados	
Médio completo:	Obs.	Média	Obs.	Média	Médio completo:	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0.331	3513	0,326	2006	1993	0.333	2627	0,330
2013	521	0.391	4194	0.419	2013	2061	0.398	2654	0.429
Diferença		-0,060***		-0,093***	Diferença		-0,075***		-0,099***
	NC		Contemplados		NC			Contemplados	
Superior incompleto:	Obs.	Média	Obs.	Média	Superior incompleto:	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0,036	3513	0.031	2006	1993	0,035	3513	0.030
2013	521	0,030	4194	0.029	2013	2061	0,029	4194	0.029
Diferença		0,006***		0,002***	Diferença		0,006***		0,0003***
	NC		Contemplados		NC			Contemplados	
Superior Completo:	Obs.	Média	Obs.	Média	Superior Completo:	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0,093	3513	0.091	2006	1993	0,094	3513	0.089
2013	521	0,192	4194	0.152	2013	2061	0,177	4194	0.140
Diferença		-0,099***		-0,061***	Diferença		-0,083***		-0,050***
	NC		Contemplados		NC			Contemplados	
Mestrado:	Obs.	Média	Obs.	Média	Mestrado:	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0,0003	3513	0.0006	2006	1993	0,0003	3513	0.0006
2013	521	0,0017	4194	0.0019	2013	2061	0,0018	4194	0.0020
Diferença		-0,002***		-0,001***	Diferença		-0,002***		-0,001***
	NC		Contemplados		NC			Contemplados	

Doutorado	Obs.	Média	Obs.	Média	Doutorado	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0,0001	3513	0.0002	2006	1993	0,0001	3513	0.0002
2013	521	0,0003	4194	0.0005	2013	2061	0,0005	4194	0.0005
Diferença		-0,0002**		-0,0004***	Diferença		-0,0004***		-0,0003***
	NC		Contemplados			NC		Contemplados	
Emprego Geral	Obs.	Média	Obs.	Média	Emprego Geral	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0,085	3513	0.128	2006	1993	0,092	3513	0.138
2013	521	0,113	4194	0.156	2013	2061	0,119	4194	0.176
Diferença		-0,027***		-0,028***	Diferença		-0,027***		-0,039***

Notas: Período completo – quando o município em todos os anos do período de 2006 a 2013 teve algum beneficiário do ProUni; Período parcial – quando o município obteve algum beneficiário do ProUni em pelo menos 1 ano do período de análise; NC – Não contemplado. \*\*\* significante à 1%; \*\* significante à 5%.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Por outro lado, identificou-se que nos municípios contemplados pelo programa, seja em apenas 1 ano ou no período completo, a variação média de emprego formal de nível médio foi superior que naqueles municípios não contemplados pelo programa. Esta variação pode ser consequência do estímulo por parte dos empresários em contratar mão de obra qualificada para cargos inferiores àqueles de formação superior e com salários inferiores. Enquanto nos municípios não contemplados em nenhum dos anos do período esta variação chegou a 6% entre os anos de 2006 e 2013, nos municípios contemplados em pelo menos 1 ano, a variação chegou a 9,3%. Em municípios que tiveram beneficiários no período completo, esta variação chegou a 9,9%.

Tais resultados podem ser vistos por Catani, Hey e Gilioli (2006), que destacam que devido ao excesso de pessoas graduadas em uma determinada área, há desvalorização da mão de obra. Esse excesso de graduados se deve à postura adotar Para os autores, se antes o ensino fundamental era suficiente para o ingresso no mercado de trabalho, com o passar dos anos a educação mais qualificada se tornou mais necessária e, como pode ser observado nestes resultados, o ensino de nível superior está tomando um caráter de necessidade básica para ingresso no mercado de trabalho que, muitas vezes, pessoas com grau de instrução mais elevados ocupam funções básicas que não exigem tamanha formação.

Quanto à hipótese H3, que visava testar o crescimento do emprego médio geral, esta foi validada, sendo maior destaque para os municípios

que obtiveram beneficiários do ProUni em todos os anos do período de análise. Nestes municípios, no ano de 2013 chegou a serem empregados 3,9% a mais de pessoas que no ano de 2006, enquanto nos municípios que não obtiveram beneficiários esta variação foi de 2,7%. Estes resultados são confirmados por Saraiva e Nunes (2011) e por Felicetti, Cabrera e Morosini (2014), que identificaram, por meio de depoimento dos beneficiários, que o programa facilitou mecanismos de entrada no mercado de trabalho, propiciou iniciativas empreendedoras e favoreceu melhoria de renda.

Diante dos resultados, e considerando os achados de Bezerra e Tassigny (2018) e Felicetti e Cabrera (2018), o programa possui uma importante relação entre desenvolvimento humano do Brasil, redução da pobreza e estímulo para o aumento da renda dos beneficiários. Além disso, considerando que o indivíduo com menor escolaridade possui menor possibilidade de investir em sua educação, seja pela falta de renda ou por não observar na educação um caminho para retorno do investimento (SACHSIDA; LOUREIRO; MENDONÇA, 2004), o ProUni desempenha um papel de abrir as portas da educação para esse público, possibilitando que obtenham retornos em emprego e renda. Indiretamente, então, o programa é capaz de melhorar as condições de vida desses beneficiários, seja pela oportunidade de ensino, seja pela possibilidade de se ingressar em melhores campos de trabalho e melhores remunerações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados, pode-se perceber que o ProUni possui relação com o nível de emprego dos municípios. Mais especificamente, a variação dos municípios contemplados pelo programa possui relação com o nível de emprego do município. Contudo, o trabalho não consegue explicar a variação do emprego com nível superior.

Em compensação, identificou-se grande estímulo ao crescimento de emprego de nível médio que, por sua vez, pode ser influenciado pela melhoria da qualificação profissional do município. Em outras palavras, nem sempre aqueles que concluem o nível superior adquirem empregos que requerem formação superior, mas há estímulos para contratar esta mão de obra recém-capacitada para ingressar em empregos para executar trabalhos correlatos àqueles de sua formação, mas com exigência de níveis inferiores de formação.

Nota-se ainda que a interferência das áreas dos cursos está concentrada em algumas regiões, como as de Engenharia que influenciam o crescimento apenas para as regiões Sudeste e Sul, assim como a Educação ser influente apenas para o crescimento do emprego de nível superior nos municípios da região Sul e Centro-Oeste. Tais concentrações geram preocupações sobre a estratégia do governo na expansão do ensino superior no Brasil. Para onde expandir cursos de base tecnológica ou com grande capacidade de agregar valor diretamente ao sistema produtivo é algo que deve ser mais bem debatido para ampliar, além da educação, a capacidade produtiva brasileira de todas as regiões.

Apesar das constatações deste estudo, não se pode afirmar que o ProUni é o responsável por essas mudanças, uma vez que, associado ao programa, há instituições de ensino que entregam à sociedade mais indivíduos não beneficiários pelo programa que aqueles que foram beneficiários. Mas não se pode negar que o programa facilita o ingresso de indivíduos com renda familiar baixa no meio acadêmico. Considerando ainda tais resultados com outros estudos da área, nota-se que o programa tem grande importância para o avanço do emprego para os beneficiários.

Neste sentido, o ProUni tem grande valia para a sociedade e para a economia, uma vez que dá oportunidades que mais pessoas ingressem no curso superior e sejam capacitados para executar uma atividade. Contudo, o programa deve ser analisado ao ponto de criar estratégias de políticas públicas para expandir cursos que gerem valor econômico para regiões pouco exploradas e com grandes potenciais.

Ao notar o crescimento do emprego de nível médio, destaca-se a importância de rever como o programa está sendo executado. As críticas quanto ao processo de mercantilização do ensino superior e seu perfil produtivista, uma vez que o crescimento do número de formandos divergente da demanda por esse tipo de profissional pode saturar o mercado de trabalho e diminuir as chances do indivíduo de alcançar melhores empregos e salários. Deve-se considerar ainda a necessidade do aumento da qualidade do ensino juntamente com o número de vagas disponíveis.

Assim sendo, o programa deve se atentar às reais necessidades acadêmicas, considerando a qualidade dos cursos e dos formandos, sem esquecer as necessidades do mercado, a fim de não gerar insatisfação e desinteresse do aluno diante de possíveis saturações do mercado. Apesar de a finalidade deste estudo ser a importância do ProUni no mercado de trabalho para os beneficiários, não se deve ter prioridade o trabalho sobre a

importância acadêmica, ou seja, o conhecimento, o crescimento educacional e a expansão das capacidades humanas devem ser valorizadas. O mercado de trabalho, neste sentido, deve ser tomado como um elemento secundário no processo de ensino. O estímulo à qualidade da educação deve ser primordial para que melhores pensadores e profissionais sejam formados.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, D. P. D.; OLIVEIRA, F. B. D. O ProUni e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, 19, n. n. 70, p. 21-42, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362011000100003>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BARREIRO, I. M. D. F.; TERRIBILI FILHO, A. Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 81-102, jan./mar. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362007000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362007000100006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 28 abr. 2017.

BEZERRA, M. E. G.; TASSIGNY, M. M. A relação entre a política de financiamento estudantil e o desempenho dos estudantes de administração no Enade. **Education Policy Analysis Archives**, [s. l.], v. 26, n. 70, p. 1-32, jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3472>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://siteprouni.mec.gov.br/tire\\_suas\\_duvidas.php#prouni\\_sisu](http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#prouni_sisu). Acesso em: 29 abr. 2017.

BULGACOV, Y. L. M. *et al.* Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 695-720, maio/jun. 2010.

CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 4-16, mar. 1982. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/11454>. Acesso em: 01 abr. 2016.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics using Stata**. Ann Arbor: Stata Press, 2009. 692 p.

- CATANI, A. M.; HEY, A. P. A educação superior no Brasil e as Tendências das políticas de ampliação do acesso. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 2, n. 3, p. 414-429, set./dez. 2007. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/754>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. D. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 28, p. 125-140, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000200009>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- DEITOS, R. A.; LARA, A. M. D. B.; ZANARDINI, I. M. S. Política de educação profissional no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 985-1001, out./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015132445>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- FÁVERO, L. P. **Modelos de Regressão com EXCEL®, STATA® e SPSS®**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 504 p.
- FELICETTI, V. L.; CABRERA, A. F. Acesso à educação superior: o ProUni em foco. **Education Policy Analysis Archives**, [s. l.], v. 26, n. 39, p. 1-22, mar. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3289>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- FELICETTI, V. L.; CABRERA, A. F.; MOROSINI, M. C. Aluno ProUni: impacto na instituição de educação superior e na sociedade. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, Huixquilucan, v. 5, n. 3, p. 21-39, 2014. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2007-2872\(14\)71951-1](https://doi.org/10.1016/S2007-2872(14)71951-1). Acesso em: 29 abr. 2017.
- GARCIA, A. V.; HILLESHEIM, J. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **Educar em Revista**, Curitiba, edição especial n. 2/ dossiê – desigualdades educacionais e pobreza, p. 131-147, set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.51386>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- GOMES, T.; TAVARES, A.; MORAIS, P. O ensino superior sob a ótica de alunos contemplados pelo ProUni. **Holos**, Natal, v. 28, n. 2, p. 206-224, mar./abr. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2012.910>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- GRINER, A.; SAMPAIO, L. M. B.; SAMPAIO, R. M. B. A política afirmativa “Argumento de Inclusão” como forma de acesso à universidade pública: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista de**

**Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 5, p. 1291-1317, set./out. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612123593>. Acesso em: 28 abr. 2017.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 924 p.

MYRDAL, G. **Economic theory and underdeveloped region**. Londres: Methuen, 1963.

OCDE. **Classificação internacional Eurostat/Unesco/OCDE: manual de classificação**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2009. 63 p.

OSPINA, D. E. R. Capital humano: una visión desde la teoría crítica. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 315-331, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395114754>. Acesso em: 10 ago. 2018.

REIS, M. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, p. 125-143, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20150006>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SACHSIDA, A.; LOUREIRO, P. R. A.; MENDONÇA, M. J. C. D. Um Estudo Sobre Retorno em Escolaridade no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 249-265, abr./jun. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402004000200006>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. D. S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 941-964, ago, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000400003>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SILVEIRA, A. D.; SCHNEIDER, G. Política educacional, pobreza e educação: retrato do atendimento aos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família no Paraná. **Educar em Revista**, Curitiba, v. edição especial n. 2/ dossiê - desigualdades educacionais e pobreza, p. 113-130, set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.51391>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SOCAL, C. R. D. **O programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC) e o desafio da educação profissional baseada em valores.** 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.

VIDIGAL, C. B. R.; VIDIGAL, V. G. Investimento na qualificação profissional: uma abordagem econômica sobre sua importância. **Human and Social Sciences**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 41-48, jan./jun 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/actascihumansoc.v34i1.14181>. Acesso em: 29 abr. 2017.

ZIMMERMANN, C. R.; ESPÍNOLA, G. M. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o programa bolsa família no interior do nordeste brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 147-164, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100010>. Acesso em: 10 ago 2018.

Submissão: 02/02/2022 • Aprovação: 21/03/2023